

# REFLEXÕES SOBRE O TRABALHISMO

**Gabriela Carames Beskow**  
gabrielaeskow@bol.com.br

**Resumo:** *Capaz de mobilizar pensadores das mais diversas correntes políticas e estudiosos de diferentes áreas, o Trabalhismo é um tema de importante discussão não apenas para a história brasileira, mas também para um entendimento mais profundo de questões políticas atuais. O artigo busca trazer contribuições para esta discussão através de análises sobre o nascimento e a consolidação do Trabalhismo, buscando olhar este fenômeno sob a ótica de uma cultura política que foi capaz de marcar de forma permanente o imaginário social e político brasileiro.*

**Abstract:** *Able to mobilize thinkers of most diverse politics views and studios of different areas, the Labourism is an important subject not only for Brazilian history, but also for a deeper agreement of questions current politics. The article try to bring contributions for this quarrel through the analyses on the birth and the consolidation of the Labourism, trying to look at this phenomenon under the optics of a politic culture that were able to mark, permanently, the social and politic of Brazilian imaginary.*

A busca por uma definição do conceito de Trabalhismo foi e continua sendo uma árdua tarefa a ser realizada por historiadores, sociólogos e cientistas políticos. Ângela de Castro Gomes<sup>1</sup> aponta para o fato de o Trabalhismo ser associado pela historiografia a fenômenos como o sindicalismo, o getulismo, o nacionalismo, o socialismo, ao autoritarismo, e até mesmo à democracia social. Na realidade, é a partir dessas associações, feitas muitas vezes com uso político, que nasce a polêmica em torno do tema.

Neste breve trabalho buscarei refletir sobre algumas questões que possam, de alguma maneira, trazer luz a esta complexa discussão, que ainda é capaz de mobilizar pensadores das mais diversas correntes políticas.

Quanto ao olhar a ser lançado sobre a questão do Trabalhismo, considero que este fenômeno deva ser analisado a partir de sua identificação como uma cultura política, nascida a partir de um projeto político.

Para Sirinelli, cultura política pode ser definida como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou uma tradição políticas”.<sup>2</sup> Para Bernstein<sup>3</sup>, o interesse do historiador na cultura política é duplo: através do discurso, do gestual, do argumentário descobrir as filiações e raízes do indivíduo, restitui-los à coerência dos comportamentos pela descoberta de suas motivações, para estabelecer uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam o homem por sua adesão profunda, seus interesses; e, por fim, permite conhecer o fator que dá coesão aos grupos. Assim, ao Trabalhismo estaria agregada uma série de novos valores que passaram a guiar a sociedade brasileira em relação a diversas perspectivas, envolvendo não apenas o universo da política, mas também o econômico, o educacional, o da saúde; novidades até mesmo na maneira como estes grupos se pensam como povo, e como nação.

Considero importante também a inserção do Trabalhismo no universo da representação e do imaginário social. Conceitos pensados a partir da criação de uma base consensual de idéias, valores, noções e imagens dentro de um grupo, que a utilizam como forma de assimilar, entender o mundo e agir na vida social.

Na perspectiva do nascimento do Trabalhismo como projeto político, é importante destacar o caminho apontado por Ângela de Castro Gomes, que afirma que este projeto constituiu a classe trabalhadora, que a partir de então se baseava na articulação de duas lógicas: uma material,

fundada nos benefícios da legislação social, e uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e baseava-se na experiência de luta dos próprios trabalhadores, reelaborando e re-significando valores pertencentes a esta classe.

Mas a partir de quando este projeto político foi posto em prática? E a partir de quando se consolidou como uma cultura política, conquistando espaço no imaginário da sociedade brasileira? Estas são algumas questões de relevância para as quais procurarei indicar algumas hipóteses.

O Trabalhismo no Brasil se solidificou profundamente associado à defesa da obra de legislação social implementada por Vargas no período de 1930 a 1945. Apesar de importantes estudos realizados<sup>4</sup> apontarem para a gestão de Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1941-1945) como o momento de invenção do Trabalhismo, opto por buscar as raízes deste fenômeno em um momento anterior. Marcondes Filho foi um agente político fundamental para a sistematização do Trabalhismo e para sua constituição como bandeira política a ser solidificada com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro. Porém, as bases do Trabalhismo – a legislação social – já haviam sido lançadas antes mesmo da implementação do Estado Novo.

O programa da Aliança Liberal, redigido por Lindolfo Collor, preconizava medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, a aplicação da lei de férias e a regulamentação do trabalho do menor e da mulher. Logo após o golpe de estado em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que teve como primeiro titular o próprio Lindolfo Collor. Durante a elaboração da Constituição de 1934 o governo provisório já pode contar com o apoio dos representantes das classes trabalhadoras, eleitos através dos sindicatos legalizados pouco tempo antes pelo então ministro do Trabalho, Saigado Filho.

Entre as propostas aprovadas que fizeram parte do texto constitucional temos criação da Justiça do Trabalho, o salário mínimo, a jornada de oito horas de trabalho, férias anuais remuneradas e o descanso semanal, apesar da derrota do governo com a aprovação da pluralidade e da autonomia sindicais em lugar do sindicato único por categoria profissional.

Foi possível, então, identificar desde o Programa da Aliança Liberal, propostas em relação à melhoria das condições de trabalho e de sua regulamentação através da intervenção estatal na questão trabalhista. No período da chamada República Velha, apesar da existência de algumas leis de regulação, a questão era tratada quase sempre como “*caso de polícia*”. Porém, para dar conta das origens da problemática trabalhista no discurso político dos homens envolvidos na campanha da Aliança Liberal é necessário identificar a formação política desses atores. Para tal, é importante destacar a análise feita por Alfredo Bosi<sup>5</sup> que trata da formação de Vargas e de outros políticos gaúchos de destaque como Borges de Medeiros, Lindolfo Collor e Oswaldo Aranha em um Rio Grande do Sul e em um Partido Republicano Riograndense fortemente marcado por inspirações positivistas: partindo do industrialismo utópico de Saint-Simon, somado ao positivismo social de Augusto Comte.

Era necessário retificar o capitalismo mediante uma proposta de integração das classes sociais a ser cumprida com base em uma vigilante administração pública dos conflitos sociais e econômicos. Esta estrutura se encontrava sintetizada na Constituição do Rio Grande do Sul de 1891, redigida por Júlio de Castilhos. Para Bosi, toda a carreira política de Vargas foi coerente com o princípio de um Estado forte responsável pela mediação de todos os conflitos sociais.

Com a fundação do Estado Novo, em 1937, a política trabalhista sofre algumas modificações, principalmente em relação à questão sindical. O princípio da unidade sindical foi restabelecido, e apenas os sindicatos legalizados poderiam defender os direitos da categoria que representavam perante o Estado. A greve foi proibida, seguindo as proposições do regime que apontavam para a necessidade da manutenção da harmonia entre as diversas classes sociais, entre o capital e o trabalho, com fins no desenvolvimento da Nação brasileira em seus aspectos humano e econômico, bebendo da fonte das propostas do Castilhismo.

É durante o Estado Novo que o projeto político do trabalhismo alcança uma nova fase e consolida-se, principalmente a partir de uma política de propaganda e disseminação de uma nova cultura baseada na valorização do trabalho e do status de trabalhador. A valorização moral do indivíduo se vinculou profundamente a sua condição de trabalhador, e a partir daí, também sua

condição de cidadão. O trabalho era quase um "pré-requisito" para se alcançar esta condição, tornando-se a carteira de trabalho um símbolo dessa associação ao funcionar também como título de eleitor.

Ao assumir o cargo de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em Dezembro de 1941, Alexandre Marcondes Filho passa a ter um papel fundamental dentro das estratégias para a solidificação do projeto político do Estado Novo. A partir de sua gestão, podemos identificar um remanejamento da política trabalhista do Estado brasileiro, que intensifica sua presença junto às classes trabalhadoras. Novas diretrizes foram traçadas, e novas estratégias políticas utilizadas buscando dar conta de diversas demandas daquele momento, envolvendo questões como o estado de guerra, a necessidade de valorização e exaltação da figura do Presidente Vargas visando uma volta à democracia, o estreitamento dos laços entre Estado e trabalhadores, o processo de modernização do país, entre outras.

O estreitamento dos laços com os trabalhadores se construiu centrado na figura do Presidente. Getúlio Vargas "encarnava" o Estado, e o discurso construído por Marcondes Filho destacava que as leis sociais e os benefícios que eram propiciados em favor das massas trabalhadoras se originavam diretamente do desejo presidencial. A partir de toda a exaltação feita à figura de Vargas, solidificou-se sua imagem como líder carismático, fazendo com que o povo o identificasse como um verdadeiro protetor de suas causas, como o "pai dos pobres".<sup>6</sup>

Partindo destas afirmações, podemos vislumbrar melhor a posição de Marcondes Filho, e sua importância para a realização das diretrizes estabelecidas. Ângela de Castro Gomes<sup>7</sup> considera o Ministério do Trabalho, entre os anos de 1942 e 1945, como o grande ator do cenário político brasileiro, através da figura do seu titular. Marcondes Filho e seu Ministério foram os responsáveis pela elaboração de uma nova proposta política que conceituava a cidadania e a democracia. Estas propostas foram mais abrangentes; além do trabalho, se desdobravam em diversas facetas: na saúde, na educação, na alimentação, no lazer do trabalhador. Mais do que estar à frente do Ministério do Trabalho, liderando as ações tomadas por este órgão, Marcondes utilizou sua figura e sua posição, representando o Estado e o Presidente, em ações promovidas para uma aproximação com a classe trabalhadora.

É fundamental para o estudo da questão do Trabalhismo uma análise sobre o intelectual Marcondes Filho, que teve a capacidade não apenas de formular teorias e diretrizes, mas de colocá-las em prática como Ministro (por muito tempo conciliando a Pasta do Trabalho com a da Justiça), através da constituição de uma máquina político/burocrática e articulando-a com a sociedade.

A partir da gestão de Marcondes Filho, observamos que o Trabalhismo, para além de um projeto político, adquire características de uma cultura política, através de sua sistematização e disseminação. Para essa disseminação e para a solidificação dessa cultura política no imaginário da sociedade brasileira, o Estado utilizou fortemente os meios de comunicação de massa. Em 1939, já com a preocupação de solidificar uma base responsável pela política de propaganda do regime, o Estado Novo criou o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – em Dezembro de 1939. Este órgão foi responsável pelo controle dos diversos veículos de comunicação, tanto no sentido de censura do material veiculado, quanto de elaboração de propagandas que solidificassem o projeto do regime. O controle e a propaganda realizados estavam ligados à idéia de garantia da segurança da Nação e de suas instituições.

Marcondes Filho utiliza os meios de comunicação de massa, buscando identificar sua figura como representante do Estado para fortalecer a ligação deste com as classes trabalhadoras. O ministro realiza palestras semanais no programa radiofônico "Hora do Brasil", publicadas às sextas-feiras no jornal "A Manhã", como forma de reforçar suas idéias. A partir de 1944, Marcondes Filho passa a proferir suas palestras diariamente na Rádio Mauá, a chamada "Rádio dos Trabalhadores", continuando a estratégia trilhada em a "Hora do Brasil". Ao todo, foram proferidas mais de 200 palestras.

O ministro busca, através do discurso, seguir as estratégias traçadas em sua administração para dar conta do contexto atravessado pelo regime, realizando propaganda das ações do Governo quanto à legislação trabalhista, promovendo o novo modelo de homem/cidadão (o trabalhador) e exaltando a figura do Presidente Vargas, o homem por trás de todas as benfeitorias trabalhistas.

Suas palavras se dirigiam a todos os trabalhadores brasileiros. A análise da relação entre Estado e trabalhadores parte, a meu ver, da perspectiva da existência de uma idéia de reciprocidade. Ao garantir, à classe trabalhadora, condições dignas e regulamentação da sua situação de trabalho, o Estado esperava em troca uma adesão desses trabalhadores ao modelo corporativo e sindical imposto por ele. Assim, o ministro faz do programa radiofônico um canal de comunicação com os trabalhadores, pelo qual os informa das ações estatais realizadas em seu benefício, solidificando a situação de reciprocidade descrita acima.

Outra estratégia traçada para propagandear o Trabalhismo e o getulismo envolvia as comemorações de datas nacionais durante o Estado Novo. Entre as comemorações festivas de datas nacionais, podemos destacar as do Aniversário do Presidente Vargas (19 de Abril), o Aniversário do Estado Novo (10 de Novembro), as Proclamações da Independência (7 de Setembro) e da República (15 de Novembro), o Aniversário da Revolução de 1930 (3 de outubro) e a do Dia do Trabalho (1º de Maio). Esta última apresentava um caráter quase mágico, quando o Presidente se encontrava com os trabalhadores e prestava-lhes uma homenagem pelo seu dia especial, geralmente escolhendo essa data para a assinatura de um decreto trabalhista.

É muito importante levarmos em conta, ao analisar todas as ações e elucubrações do Ministério Marcondes Filho em relação à questão trabalhista, a montagem de uma rede complexa de máquinas político/burocráticas iniciada em 1930, e intensificada com o Estado Novo. Ministérios, Secretarias, Institutos – diversos organismos foram criados e organizados com um corpo técnico capacitado para sistematizar dados e desenvolver pesquisas que visavam dar conta dos problemas de cada área da administração pública estatal. Assim, mais do que a ação de Marcondes Filho como Ministro, é preciso enxergar além, e pensá-lo como um intelectual e um agente que se colocava à frente dessa organização técnico-burocrática.

Para melhor se compreender o significado da sistematização e difusão da cultura trabalhista por Marcondes Filho, é preciso destacar o contexto sócio-político brasileiro em que o ministro assumiu as pastas do Trabalho e da Justiça. A questão de prazos para a realização de plebiscitos e eleições determinados pela constituição se esgotava, e havia uma forte pressão de setores da sociedade para o cumprimento das premissas constitucionais.

Assim, a solidificação do Trabalhismo no imaginário popular seguia em paralelo com a questão prática da formação de bases eleitorais de apoio a Getúlio Vargas. Marcondes Filho e o Ministério do Trabalho se envolveram profundamente neste aspecto prático, a partir do projeto corporativo, com as incisivas políticas sindicais do regime, que buscava constituir estes sindicatos e seus membros como eleitores de sustentação da base getulista.

Começava a se delinear então, o projeto de formação de um partido político que se identificasse com o getulismo, tendo com base os trabalhadores. O nascimento do Partido Trabalhista Brasileiro inaugura uma nova fase do Trabalhismo, em que este deixa de ser um projeto político de um governo, se solidifica como cultura política no imaginário social, e adquire o caráter de projeto político *de um setor da sociedade*, representado por este novo partido – o PTB.

O PTB nasce profundamente ligado a Vargas e ao Trabalhismo. Apesar de ter sido o fiel da balança na questão da vitória do General Dutra nas eleições de 1945, o partido apresentava-se dividido internamente e desorganizado. O carisma de Vargas e a consolidação dos valores trabalhistas, pelo menos em parte significativa da sociedade, apresentavam-se como os trunfos do partido, que conseguia, graças a estes fatores, superar o Partido Comunista entre os trabalhadores.

A base sindical do partido era evidente a partir das disposições do governo em fins do Estado Novo, e comprova-se durante a formação dos quadros do PTB com base em antigas lideranças sindicais, o que ocasionou, inclusive, a preferência destes em detrimento de antigos funcionários do Ministério do Trabalho. O partido solidificava assim todo o esforço feito durante o Estado Novo para a constituição dessas bases centradas nos sindicatos legais.

A marca da base sindical era evidente no PTB. Mas devido às cisões e disputas internas, e na falta de uma organização em um sentido quase de ocupação física do cenário político, era necessário ao PTB delimitar e reforçar sua identidade frente aos outros partidos que se constituíam, sendo o Trabalhismo o elemento central definidor dessa identidade. Porém, apesar dos setores internos do partido reconhecerem essa necessidade, muitos conflitos se davam exatamente pela definição do Trabalhismo que identificava o PTB.

Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado<sup>8</sup>, podemos identificar duas grandes forças dentro do PTB:

- Um grupo mais pragmático e fisiológico ligado a Getúlio Vargas e ao antigo Ministério do Trabalho, que apostavam no uso do Trabalhismo em sua vinculação com o getulismo, através do reforço de propaganda baseado nas obras da legislação social realizadas pelo ex-presidente;
- Um grupo mais doutrinário, ligado à concepção trabalhista de Alberto Pasqualini, cuja proposta reformista, segundo alguns autores, se inspirava no *Labour Party* inglês.

Apesar das divergências de pensamento em relação à teoria e ação do Trabalhismo, a corrente getulista exercia maior força nestes momentos iniciais do partido, principalmente com o fato do apoio de Vargas ter sido decisivo para o resultado das eleições de 1945. O caminho do getulismo demonstrou ser o mais seguro, devendo ser este o grande trunfo do PTB. Assim, a disseminação da identidade do partido se deu baseada em sua vinculação com a obra varguista, como o caminho da continuidade da obra social até então realizada e como real defensor dos interesses dos trabalhadores.

Essa associação com o getulismo mantinha em alerta os opositores de Vargas para um possível retorno do ex-ditador. Mesmo durante seu "exílio" em São Borja, através da análise das correspondências trocadas entre Vargas e as principais lideranças do partido evidencia-se a necessidade do aval desse político afastado da cena principal para o desenrolar dos atos que se delineavam.

Como durante todo o seu governo, Vargas buscava equilibrar os diversos setores do PTB e seus possíveis aliados, funcionando como o principal mediador das causas do partido. Sua importância no plano interno e o reconhecimento dessa importância no plano externo ao PTB refletem a dura realidade da oposição: apesar dos pesares, não havia no Brasil personalidade política carismática a ponto de fazer frente ao velho Getúlio. Sua candidatura e posterior vitória no pleito de 1950 só vem a confirmar não apenas essa incapacidade da oposição de oferecer uma alternativa de peso contra Vargas, mas também vem demonstrar a força do apelo Trabalhista, a consistência com que os valores dessa cultura política se implantaram no imaginário e no cotidiano da sociedade brasileira.

Assim, este breve trabalho busca apresentar algumas reflexões sobre a questão do Trabalhismo no Brasil em momentos iniciais de sua criação e solidificação. Dentro da concepção de dividir o Trabalhismo em duas fases, uma *com* Vargas e outra *sem* Vargas. Observo alguns aspectos da primeira fase, porém optando por me limitar a uma breve análise do período compreendido entre as eleições de 1930 e as eleições de 1950, sem estender-me ao período do segundo governo de Vargas (1950-1954). A partir deste recorte elaborado, divido o Trabalhismo em três fases, não como períodos "fechados", mas como processos que ocorrem paralelamente, com continuidades.

Na primeira fase, o Trabalhismo nasce como um projeto político de um governo, fruto da plataforma eleitoral elaborada pela Aliança Liberal. Esta plataforma traduz a formação política dos atores de oposição à concepção econômica e social há anos conduzida pela política regionalista do café-com-leite. Essa insatisfação toma conta de outros grupos regionais, principalmente mineiros e gaúchos. A proposta destes grupos reflete a influência dos ideais e das propostas positivistas de Estado e de condução da sociedade, que no Rio Grande do Sul são identificadas principalmente com a doutrina Castilhistas. Com a vitória desses setores após a Revolução de 1930, estes ideais se tornarão base do projeto político de uma nova República. Durante a década de 1930, inclusive após o golpe que implantou o Estado Novo, no qual podemos perceber a solidificação e efetivação deste projeto.

Com as mudanças conjunturais e com a necessidade de responder as demandas levantadas principalmente pela questão eleitoral de 1943 e do Estado de Guerra, novas diretrizes políticas são traçadas para a ação estatal. Mais do que um reforço do projeto político trabalhista, identificamos a gestão de Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com a constituição de uma cultura política do Trabalhismo, que passa a solidificar seus valores no imaginário social, e coroar sua prática política no ramo do cotidiano.

O Trabalhismo se constituiu não só como uma cultura política identificável a partir dos valores que passam a se estabelecer em importantes aspectos da sociedade brasileira, mas estreita profundamente sua vinculação com o nome e a figura de Getúlio Vargas. Este fenômeno se constituiu de tal maneira, que com a abertura política, a criação e a futura identificação do Partido Trabalhista Brasileiro se faz com base na vinculação do Trabalhismo com o getulismo, apesar de identificarmos através da análise da formação e organização do partido, que esta concepção de Trabalhismo não era a única existente. Porém, o getulismo se estabeleceu como corrente vitoriosa principalmente por seu forte apelo nas urnas, comprovado com a eleição do General Eurico Gaspar Dutra.

Ao se lançar o olhar para a reflexão em torno do Trabalhismo, principalmente no momento após a fundação do PTB, devemos levar em consideração o estado de constante tensão dentro do partido, da crise e da luta entre os setores internos que se dava em busca de cargos, mas também em busca de uma identidade do PTB. Creio que se existe hoje esta indefinição para conceituar o Trabalhismo, em grande parte se deve pela luta destes atores políticos em busca da identidade que caracteriza este fenômeno. O PTB e sua história, suas opções, sua organização, as reformas sofridas, são facetas dessa luta interna, que teve diferentes vencedores em diferentes momentos. Mas a marca da associação do Trabalhismo a Vargas é tão forte que ainda serve como a bandeira identificadora do PTB, de suas propostas e seus ideais meio século após a saída – física - de Vargas do palco político brasileiro.

---

<sup>1</sup> Ângela de Castro Gomes. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002.

<sup>2</sup> cit p/ Serge Berstein. A Cultura Política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998

<sup>3</sup> Serge Berstein. *Idem*.

<sup>4</sup> Ângela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Ed. Vértice, 1988.

<sup>5</sup> Alfredo Bosi. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>6</sup> Jorge Luis Ferreira. *Trabalhadores do Brasil*. A cultura político-popular no Primeiro Governo Vargas (1930/1945). Dissertação de mestrado, UFF/CHF, Dep. De História, Niterói, 1989, mimeo.

<sup>7</sup> Ângela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Ed. Vértice, 1988.

<sup>8</sup> Lucilla de Almeida Neves Delgado. *PTB. Do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.